

23 de Dezembro 2019
Segunda-feira
Semanário - Ano 4
Nº 190
Director-Geral
Evaristo Mulaza



ARMÉNIO LOPES, EMPRESÁRIO

“Os bancos impõem condições absurdas”

Um dos maiores armadores do país, com património calculado nos 30 milhões de dólares, Arménio Lopes afirma que nunca recorreu à banca, “por causa dos juros inoportáveis”. Sobre a pesca, critica os períodos de veda, por entender que “o mar tem sempre peixe”. **Págs. 10 e 11**

Personalidade do Ano



ANÁLISE. No quarto ano em que publica a edição especial, com a ‘Personalidade do Ano’, o VALOR destaca a implementação do Imposto sobre o Valor Acrescentado como o facto mais marcante de 2019. A escolha da redacção, suportada por critérios como a repercussão e relevância política, económica e social, recaiu sobre o imposto que ficou conhecido como o principal ‘culpado’ pela subida generalizada dos preços. Entre a objectividade, o oportunismo, a ignorância, a especulação e a ironia, o IVA serviu de pretexto para as grandes superfícies comerciais alterarem as tabelas, mas também para o engraxador de sapatos justificar o aumento do preço do serviço. **Págs. 2, 4 e 5**

Editorial

O FACTO DE 2019

A Personalidade do Ano escolhida pela redacção do VALOR ECONÓMICO não é uma pessoa, muito menos uma instituição, é um imposto. Na avaliação dos jornalistas do VALOR, nenhum outro facto, nenhum outro evento, nenhuma outra decisão governamental ou privada teve impacto psicológico e material tão transversal na sociedade, neste ano que termina. A implementação do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) mexeu com os grandes contribuintes e deu argumentos ao engraxador de sapatos para alterar os preços para cima. O leitor provavelmente terá visto o vídeo icónico que correu pelas redes sociais em que um adolescente - engraxador de sapatos - explica ao incrédulo cliente o aumento do preço, com a justificação de que o Governo estaria a trabalhar mal, por causa do IVA.

Mas, entre outros efeitos, talvez seja mais simbólico o facto de o imposto ter levado o Presidente da República a ceder aos nervos publicamente. João Lourenço, apesar da agressividade característica do seu discurso, até então não se tinha confrontado com a necessidade de 'dar um susto' ao vivo a uma empresária por esta ter feito comentários que não o agradaram. O histórico "não gostei do Presidente", ao responder às críticas da empresária Filomena de Oliveira à "surdez" da Administração Geral Tributária, venceu todo o nervosismo presidencial à volta da controversa introdução do IVA.

A escolha foi, portanto, óbvia,



nos termos dos critérios abaixo, apesar de terem pontificado também os nomes do Presidente da República e do recém-eleito presidente da Unita, Adalberto Costa Júnior.

NOTA

O VALOR estreou-se, em 2016, com a publicação da 'Personalidade do Ano'. Trata-se de uma edição especial de periodicidade anual em que é identificada uma pessoa, um grupo, uma instituição, uma ideia, um facto ou uma invenção que mais se tenha destacado ao longo do ano, em Angola. À semelhança dos exemplos da media internacionais, com destaque para a prestigiada 'Time', a

'Personalidade do Ano' não representa necessariamente uma distinção de mérito ou de qualidade, por feitos positivos. Através de critérios marcadamente objectivos, a ideia é apontar o indivíduo (como identificado acima) que, por razões diversas e que podem ser de cariz negativo, tenha marcado de forma diferenciada o ano. Os critérios são flexíveis e são ajustados, conforme o jornal o entender justificável. Nesta edição, constam dos critérios 'a repercussão e a relevância política, económica e social', além da 'exposição mediática'.

Depois de Isabel dos Santos em 2016 e João Lourenço em 2017 e 2018, é a vez do IVA.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi
Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:
Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel
Departamento Comercial: Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



AMÉRICO SALUTI, coordenador jurídico da empresa Boavida Construção Civil e Gestão de Empreendimento

Como analisa o modelo de organização do concurso internacional para a outorga de direitos mineiros?

O concurso está a ser realizado de forma pública e transparente. Há, por exemplo, dois requisitos fundamentais, que são a apresentação legal de cada candidato e a apresentação dos relatórios financeiros dos últimos três anos. No aspecto de apresentação legal, exige-se que o candidato apresente toda a documentação legal actualizada. E no segundo caso, o relatório financeiro deve ser auditado por uma entidade independente reconhecida no mercado.

Em que sector a Boavida Empreendimentos está a concorrer?

Estamos a concorrer para a exploração de fosfato, em Cabinda. Além de nós, há mais seis empresas a concorrer. Escolhemos esse sector por reunirmos experiência acumulada de três anos. Apresentamos uma proposta aliciente e esperamos que seja a vencedora.

A empresa actua também nas áreas da tecnologia de informação. Qual dos negócios é o mais representativo?

Estamos em vários sectores, mas a construção civil e a exploração mineira são os mais representativos. O sector da geologia e minas representa 70% dos nossos encaixes anuais.

17
TERÇA - FEIRA
A fábrica angolana de electrónicos Fonecom pretende abrir, até 2020, cinco lojas de venda de equipamentos electrónicos, e instalar uma linha de montagem de telemóveis no país. No entanto, esclarece que, a linha de montagem não será feita em parceria com a empresa chinesa Xiaomi, como foi veiculado a 13 de Dezembro.

18
QUARTA - FEIRA
Angola e os Emirados Árabes Unidos analisam projectos para a promoção do turismo. A ministra do Turismo, Maria Ângela Bragança, e o xeique Ahmed Dalmook Al Maktoum analisaram a possibilidade de os EAU contribuírem para promover o turismo, em Luanda.

19
QUINTA - FEIRA
O BNA apresenta, no Parlamento, a nova família do kwanza, que deve contar apenas com o rosto do primeiro Presidente da República. As notas, que incluem novas de 10.000 kwanzas, são também ilustradas com as maravilhas naturais de Angola.



20
SEGUNDA-FEIRA O presidente do conselho de administração da petrolífera angolana, Sebastião Gaspar Martins, garante que a Sonangol tem “robustez suficiente” para continuar com a sua actividade, mantendo a “confiança e credibilidade” dos parceiros.

21
SEXTA - FEIRA
A ministra das Pescas e do Mar, Maria Antonieta Baptista, adverte que, a partir de 2020, o ano piscatório começa a 1 de Setembro. A medida visa incentivar as empresas a deixarem de usar embarcações de arrasto.



22
SÁBADO
O secretário do Presidente da República para o Sector Produtivo, Isaac dos Anjos, visita a unidade industrial denominada Sino Ord, no Dande, Bengo, que tem capacidade de produção de 75 mil caixas de mosaicos, azulejos e papelão para embalagem.



23
DOMINGO
O Ministério da Energia e Águas desmente a hipótese de que Angola venha a exportar energia eléctrica para a vizinha República Democrática do Congo. Segundo a Angop, o ministro João Baptista Borges anunciou essa intenção em Nóqui, Zaire.



COTAÇÃO



DÚVIDAS COM O PETRÓLEO

Numa semana em que as bolsas esperam poucos negócios devido à época natalícia, as previsões para o próximo ano vão ocupado a maior parte do tempo dos especialistas. No caso do petróleo, as previsões variam de forma acentuada. Muitos analistas fixam o preço do Brent entre 69 e 70 dólares, enquanto a Administração de Informações de Energia dos EUA (EIA) prevê que os preços terão uma média de 61 dólares. Já a CNBC fixa a sua média em 63 dólares.



OURO EM ALTA

Os preços do ouro estabilizaram no início da semana. O ouro para entrega em Fevereiro ganhou 7,80 ou 0,5%, para 1.488,70 dólares a onça, seu preço mais alto desde 6 de Novembro. Este ano o ouro subiu 16,3% até agora. Os especialistas consideram os movimentos como sendo “incomuns” (o mesmo acontece com a prata), subindo para máximos de todos os tempos.

Economia/Política

IMPLEMENTAÇÃO DO IVA DESTACADO COMO O FACTO MAIS RELEVANTE DE 2019

A Personalidade do Ano

ANÁLISE. Contrariamente às três primeiras edições, este ano a redacção do VALOR não escolheu para personalidade do ano uma pessoa, mas sim um facto: o IVA. Por tudo o que causou antes e depois da sua implementação, este imposto sucede a João Lourenço, que foi a escolha das duas últimas edições. Isabel dos Santos foi a eleita de 2016.

Por César Silveira

O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) tinha a entrada em vigor prevista para Janeiro de

2019, mas a decisão foi adiada para Junho e, a poucos dias da data, foi novamente adiada para 1 de Outubro. E assim à terceira foi de vez. Estabelecido em 14%, o IVA substituiu o imposto de consumo que era taxado em 10%.

Nesta primeira fase, ficaram autorizadas a cobrar o imposto mais 1.600 empresas inscritas na Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes. E pelo menos 103 softwares de empresas nacionais e estrangeiras foram validados, além de autorizadas 15 topografias e gráficas para a impressão das facturas e documentos equivalentes.

Os primeiros dias provaram que as condições técnicas, humanas e até mesmo psicológicas não estavam criadas. Registam-se casos de contribuintes que cobraram simultaneamente o IVA e o imposto de consumo, assim como de gráficas que não conseguiam atender a procura. Há também registos de empresas que cobraram impostos a produtos isentos, como é o caso dos da cesta básica

A prática também contraria a tese que vinha sendo defendida pelo Governo, segundo a qual a entrada em vigor do imposto não provocaria subida dos preços. Nas explicações do Governo,



Das grandes superfícies comerciais aos pequenos comerciantes no mercado informal, o imposto assumiu todas as 'culpas' pela subida de todos os preços.

● Na primeira fase, ficaram autorizadas a cobrar o imposto mais 1.600 empresas, inscritas na Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes. E pelo menos 103 softwares de empresas nacionais e estrangeiras foram validados, além de autorizadas 15 topografias e gráficas para a impressão das facturas e documentos equivalentes.

as empresas não autorizadas a cobrar o imposto, por exemplo, não tinham razões para mexer nos preços. Mas esses operadores acabaram mesmo por actualizar o preço dos produtos, uma vez que, ao adquirirem as mercadorias, ficaram sujeitos a pagar o imposto e, como tal, tinham de recuperar este valor, mesmo sem assumirem que estavam a cobrar o IVA.

Por outro lado, nos casos em que a tese do Governo sobre a contenção dos preços fazia sentido em termos técnicos, a razão acabou contrariada por motivações psicológicas. Exemplo disso é que até operadores na informalidade, inseridos em actividades aparentemente distanciadas do tema dos impostos, como a prestação de micro-serviços, se sentiram no direito de aumentar os preços por causa do IVA.

O 'IVAN', como muitos passaram a denominar o imposto, tanto por ironia como por ignorância, passou assim a ser apresentado como o principal culpado da subida de tudo e mais alguma coisa. Desde as grandes superfícies comerciais ao engraxador de sapatos.

A reacção das autoridades foi imediata e, entre outras medidas, passou por colocar técnicos da

O MINISTÉRIO DAS FINANÇAS explicou recentemente ao VALOR que a “cobrança indevida” do Imposto sobre o Valor Acrescentado terá influenciado em cerca 22,34% o aumento dos preços.

Administração Geral Tributária (AGT) e de outras entidades de fiscalização, como o Inadec, a vasculharem os estabelecimentos comerciais, na tentativa de controlarem os preços. Mas logo se colocaram novos contrangimentos. As equipas de fiscalização revelaram debilidades e dentro da própria AGT surgiram dúvidas na interpretação do imposto. Por exemplo, determinadas padarias acabaram suspensas pela cobrança do IVA, porque supostamente o pão estaria isento enquanto produto da cesta básica. Posteriormente, a própria AGT apareceu a esclarecer que, afinal, o pão estava mesmo sujeito à cobrança e que a isenção se aplica somente à farinha de trigo. No entanto, estão habilitados a cobrar o IVA no pão apenas os estabelecimentos ou contribuintes que estejam inscritos no regime geral, como as grandes superfícies comerciais. “Estes estão autorizados a cobrar o IVA no pão, agora todos aqueles que não estão no regime geral não podem cobrar o IVA no pão, porque não estão autorizados a cobrar”, explicou Adilson Sequeira, director dos Serviços do IVA da AGT. Vários observadores encontraram nessa explicação a falta de realismo com que se abordou a efectivação do imposto, visto que, apesar de proibidas de cobrar o IVA, muitos comerciantes não autorizados a cobrar o IVA têm a necessidade de aumentar o preço para cobrir o custo da matéria-prima adquirida nos estabelecimentos aptos a cobrar o imposto.

PREÇOS DISPARAM 22%

O efeito psicológico do IVA nos preços esconde, na verdade, a razão principal do aumento do custo dos produtos e serviços: a depreciação da moeda. A derrapagem do kwanza foi, de resto, dos principais argumentos dos analistas que defenderam a escolha de outra data para a implementação do imposto, ao mesmo tempo que sugeriam uma taxa inferior (entre os sete e 10%). Na opinião destes, a combinação entre a depreciação da moeda e a entrada em vigor do IVA causaria impacto negativo na capacidade de compra das famílias.

Empresários e associações empresariais, como a AIA, apontaram precisamente o próximo

14

Por cento, taxa única de cobrança do IVA, imposta pelo Governo desde 1 de Outubro deste ano.

22

Por cento, efeito calculado sobre os preços em decorrência da cobrança indevida do IVA, segundo o Ministério das Finanças.

40

Dias, período máximo para o reembolso do IVA, defendido pelo PCA da Sistec.

ano como o mais indicado para a efectivação do imposto, por considerarem que ainda havia muito trabalho por fazer. O Governo justificou, no entanto, a entrada em vigor este ano com as metas orçamentais. No Orçamento Geral do Estado de 2019, revisto em Junho, as estimativas das receitas do IVA estavam fixadas nos 249,3 mil milhões de kwanzas.

Sobre os receios generalizados do aumento de preços, a prática acabou por dar razão aos cépticos e o Ministério das Finanças (Minfin) acabou por confirmá-lo.

Em declarações ao VALOR, o ministério liderado pela economista Vera Daves reconheceu que a “cobrança indevida” do IVA terá influenciado em cerca 22,34% o aumento dos preços. Segundo o Minfin, determinadas empresas alargaram os preços “com o pretexto da obrigação da liquidação do IVA”.

Mas, além da cobrança indevida do IVA, o ministério aponta a desvalorização, a especulação e a redução da oferta de bens,

causada pelo aumento dos custos de produção, importação, distribuição e comercialização, assim como as dificuldades de escoamento dos produtos de origem nacional. Como precisou o Minfin, “a investigação dos factores que influenciaram a variação dos preços evidenciou que 22,34% da variação total não é explicada pelos factores (como escassez de produtos ou divisas), mas da especulação resultante da aplicação indevida do IVA e ao mero açambarcamento e restrição à concorrência por parte de alguns agentes comerciais, sendo que 22,66% é explicado pelo efeito dos factores estruturais, maioritariamente o excesso de liquidez”.

O FUTURO...

Tudo indica que o futuro reserva ainda muita discussão à volta do imposto, depois de a fase de pré-implantação ter ficado marcada por trocas de palavras entre a classe empresarial e os técnicos da AGT. A empresária Filomena Oliveira ficou particularmente destacada, ao merecer uma reacção indirecta do Presidente da República, com João Lourenço a recorrer à frase “não gostei”, aludindo o facto de a empresária ter acusado a AGT de “surdez”.

A nova controvérsia está instalada à volta dos prazos de reembolso, resumida nas palavras do PCA da Sistec, numa entrevista recente ao VALOR. “O que se passa é que o contribuinte é obrigado a deduzir o excesso nos períodos seguintes, sem direito de reembolso e só ao final de três meses desta situação e com valor superior a 3409 ucf é que o contribuinte pode pedir o reembolso. Ainda assim, o reembolso irá acorrer no final do terceiro mês. Portanto, temos mais 90 dias em cima dos noventa dias que se aguarda. Isto acaba por se traduzir em 180 dias. É uma situação muito preocupante para as empresas que se encontram no regime geral pois vai provocar seguramente graves problemas de tesouraria”, explicou, António Candeias, defendendo o encurtamento do prazo para entre 30 e 40 dias, sob pena do encerramento de várias empresas, sobretudo “as que já estão numa situação relativamente frágil de liquidez de tesouraria”.

TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



SERVIÇO PERSONALIZADO COM CONFORTO E SEGURANÇA

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Economia/política

MEDIADORES EVOCAM NECESSIDADE DE RIGOR E QUALIDADE NOS SERVIÇOS

AAVIL admite falência de avicultores

PRODUÇÃO NACIONAL. Presidente da Associação de Avicultores de Luanda (AAVIL) justifica o problema com “a falta de divisas para a importação de matéria-prima que o país ainda não produz com fartura”. Aldeia Nova e Kikovo, entretanto, garantem estar a produzir sem problemas.



Rui Santos, responsável da AAVIL

Por Júlio Gomes

presidente da Associação de Avicultores de Luanda (AAVIL), que dá conta do encerramento de muitas empresas, face às dificuldades de acesso à matéria-prima.

Rui Santos, responsável da AAVIL, referiu que “o milho, a soja e a farinha de peixe de produção local são manifestamente insuficientes para cobrir as necessidades dos produtores”, o que “está a levar à redução dos efectivos de poedeiras e à paralisação de um número significa-

tivo, mas ainda indeterminado de aviários do país”. “Cobríamos 70% do consumo interno, mas com o agravamento das dificuldades, sobretudo nos últimos dois anos, a tendência tem sido

cada vez mais negativa”, constata o empresário que apela ao “estímulo da produção interna, estabelecendo uma quota para reduzir os défices, e valorizando o produto angolano”. Rui Santos

calcula que “cerca de 50 produtores nacionais, entre os quais 15 membros da AAVIL estão desanimados”.

Sendo que “a situação é mesmo crítica”, o empresário assegura que a associação que representa “está a fazer um profundo levantamento cujos resultados serão apresentados em breve”.

No entanto, o director do projecto Aldeia Nova, Kobi Trivizki, não vê “nenhum problema”, já que “a produção se mantém estável nos 250 mil ovos diários”, porém, menos 50 mil unidades da capacidade instalada. “A Aldeia Nova não tem problema”, reforça. Confrontando com a dificuldades de as empresas atenderem à procura que se regista neste período da quadra festiva, Trivizki sublinha que “a grande ‘maka’ é o facto de em Angola as pessoas procurarem os ovos apenas em Dezembro”.

Quem também se coloca fora das dificuldades é a empresa Kikovo que, de acordo com a sua administradora Elizabeth Santos, continua com uma produção diária de um milhão de ovos.

A capacidade da produção nacional de cobrir o consumo de ovo pode estar já abaixo dos 70% e reduzir ainda mais nos próximos tempos, segundo o

BALANÇO DOS PRIMEIROS TRÊS TRIMESTRES DO ANO

Angola vende menos 5% à China



As trocas comerciais entre Angola e a China atingiram, de Janeiro a Setembro do ano, 19,3 mil milhões de dólares, de acordo com dados divulgados pelos Serviços de Alfândegas chineses.

Segundo os números, as

exportações angolanas fixaram-se em 17,8 mil milhões de dólares, uma redução de cerca de 5%, comparativamente ao período homólogo, enquanto as importações foram de 1,48 mil milhões de dólares, menos 9,57%.

No mesmo período, as trocas comerciais com países lusófonos aumentaram 0,05% para 108,9 mil milhões de dólares.

VIVA O MELHOR DO NATAL EM FAMÍLIA!

zap

na compra da
zap
BOX HD

Oferta
Tá fácil
Max
7 dias



NA COMPRA DA **ZAP BOX HD**
OFERTA DO TÁ FÁCIL MAX 7 DIAS COM MAIS DE 90 CANAIS

APOIO AO CLIENTE:
935 555 500 | apoio.cliente@zap.co.ao
TODOS OS DIAS, INCLUINDO FERIADOS, DAS 7:00 ÀS 24:00

CAMPANHA LIMITADA AO STOCK EXISTENTE

SIGA-NOS EM:     + INFO EM: www.zap.co.ao

Mercados & Negócios



Supermercados são reincidentes na venda de produtos expirados, segundo a AAAC.

AMIN BAGTHARIYA PROMETE ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS EM COMUNICADO

PCA do Angomart e Nossa Casa admite venda de produtos expirados

COMÉRCIO. Essa é a segunda vez em um ano que os supermercados do Noble Group são acusados de vender produtos fora do prazo de consumo. A primeira vez foi em Janeiro.

Por Antunes Zongo

O presidente do Noble Group, gestor dos supermercados Angomart e Nossa Casa, confirmou ao VALOR a existência de produtos expirados nos dois estabelecimentos, como denunciou, na semana passada, a Associação Angolana de Ajuda ao Consumidor (AAAC).

Amin Bagthariya garante, no entanto, já ter sido retirada toda a mercadoria com o rótulo vencido, embora se tenha recusado a explicar a quantidade de produtos vendidos nessa condição. O gestor não explicou também as razões

de a mercadoria expirada ter permanecido nas prateleiras, prometendo esclarecimentos para breve, em comunicado.

Enquanto isso, a AAAC lembra que os supermercados do Noble Group são reincidentes na venda de produtos vencidos. Em 2019, é a segunda vez, depois de, em Janeiro, o Angomart e a Nossa Casa terem sido acusados de vender rebuscados expirados da marca 'Mint Joy'.

Desta vez, estão em causa rebuscados de marca 'Lollipop do Twister da Fruta', cuja data de validade da caixa se difere da data inscrita no rótulo do produto.

A AAAC, que assegura ter denunciado o facto por escrito ao Ministério do Comércio, afirma ter dificuldades em perceber as razões que levam o Ministério e o Inadec a "predispor-se à letar-

70

Quantidade de lojas do Noble Group, espalhadas pelo país.

gia", sempre que surgem denúncias que envolvam as marcas Angomart e Nossa Casa.

Diógenes de Oliveira, director-geral do Inadec, nega, no entanto, ignorar as irregularidades do Noble Group, sublinhando que a instituição não recebeu nenhum documento informando sobre a existência de produtos expirados nos referidos estabelecimentos. E recorda ter o Inadec suspenso, há três semanas, uma loja Ango-

mart, em Benguela, por especulação de preços.

Pedro Bala, secretário-geral e porta-voz da AAAC, assegura, no entanto, ter provas do ofício assinado pelo ministro Jofre Vandunem, em resposta à denúncia.

17 ANOS EM ANGOLA

No país desde 2002, o Noble Group possui 70 lojas Angomart e Nossa Casa, além de estar presente na agricultura e na indústria. Em 17 anos, investiu pouco mais de 200 milhões de dólares e prevê investir mais 50 a 60 milhões de dólares em 2020. Até ao final do ano, espera inaugurar mais cinco lojas Angomart e 10 lojas Nossa Casa. Ao todo, o grupo emprega 6.400 colaboradores, seis mil dos quais angolanos. Na primeira metade de 2010, prevê empregar mais mil.

612 MILHÕES USD

Oi emite garantia e 'pendura' Unitel

A companhia brasileira Oi emitiu, esta semana, títulos no valor de 2,5 mil milhões de reais (612 milhões de dólares), o que sugere que empresa não conseguirá concluir a venda dos 25% na Unitel, até ao final deste ano como esperava.

Em Outubro, o presidente da Oi, Eurico Teles, reafirmou a confiança da empresa em vender os 25% que a empresa detém na Unitel até ao final do ano. "Quanto ao processo de venda da Unitel, estamos a trabalhar de maneira cuidadosa, e reafirmamos a confiança na execução nos prazos previstos", afirmou.

Informações na posse do VALOR dão conta que a companhia tem estado a negociar com um grupo empresarial liderado por Agostinho Kapaia. O empresário negou, entretanto, negou as informações. O VALOR sabe também que os restantes accionistas, sobretudo Isabel dos Santos e Leopoldino do Nascimento, estão disponíveis a exercer o direito de preferência que, a ser violado, motivará um processo na justiça internacional.

A garantia da Oi tem um prazo de 24 meses e a remuneração será pela variação do dólar, acrescida de juros de 12,66% ao ano durante os primeiros 12 meses e 13,61% ao ano seguidamente. A Oi espera embolsar mil milhões de dólares com a venda dos 25% na Unitel.





BRILHAMOS MAIS CONSIGO. BOAS FESTAS.

Que esta relação de confiança perdure por muitos e bons anos, para continuarmos a celebrar juntos cada momento. Desejamos-lhe um Feliz Natal e um próspero Ano Novo, com o Banco BIC e o BIC Seguros sempre ao seu lado.

www.bancobic.ao



BancoBIC
Crescemos Juntos



BIC Seguros
Seguramente Juntos

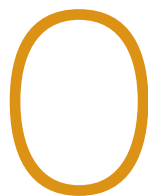
Entrevista

ARMÉNIO LOPES, EMPRESÁRIO DAS PESCAS

“A veda não se justifica porque o mar tem sempre peixe”

Tem sido contra os períodos de interdição das capturas em Luanda, mas abrandou o discurso, por considerar que, “com a nova titular das Pescas, tem havido alguma inversão nos constrangimentos”. Um dos maiores armadores do país com um património que roça os 30 milhões de dólares, nunca recorreu à banca, “por causa dos juros incomportáveis”, e aconselha o Governo a não embaraçar os empresários com fundos.

Por Júlio Gomes



O que mudou no sector nos últimos anos?

Desde que está na direcção uma nova ministra, tem

havido um bom trabalho. Porém, para se atingir a excelência, ainda vai durar um bocado.

Mas aumentam as queixas pela suposta demora na atribuição de licenças...

Sim, porque organizar um trabalho que já vinha há muitos anos desorganizado não é de um dia para o outro. Os novos quadros que foram para o Minis-

tério das Pescas desconhecem um bocado a actividade. Logo, os mais abalizados devem passar o conhecimento para que não haja outra vez os problemas anteriores.

Há quem diga que a pesca descontrolada está a reduzir os recursos marinhos. Concorda?

Não é aquilo que dizem, o peixe existe. Há muito peixe no mar, só que as condições climáticas é que não têm possibilitado trabalhar.

Não se justificam os períodos de veda?

Os períodos de veda de dois meses devem continuar, apesar de que nem sempre se justificam, porque a reprodução do peixe é contínua, não tem época. A interdição é só para o carapau, mas há

outras espécies de superfície que podemos capturar.

E a pirataria está ultrapassada?

Acho que reduziu bastante.

Mas ainda há queixas de pescadores, como por exemplo da povoação do Buraco, a Sul de Luanda?

Havia muitos barcos sem licença a pescar. Alguns já foram retirados, o que significa que já há um maior controlo sobre as embarcações que se fazem ao mar.

Porque rejeitou o barco que lhe foi atribuído pelo ministério?

Não tinha condições de ser lançado ao mar. Sou profissional, tenho formação técnica, sou engenheiro e também construo barcos. Então preferi rejeitar a ficar com um ‘monstro’ que não iria dar resultados.



Mário Mujetes © VE

Faz investimentos com recurso à banca?

Nunca recorri à banca.

Porquê?

Vou trabalhando com aquilo que tenho em poupanças, porque os bancos impõem condições muitas vezes absurdas e juros incomportáveis.

A crise não impactou na actividade da sua empresa, a Coapescas?

Os trabalhadores continuam nos seus postos e fui fazendo cada vez mais novos enquadramentos. Hoje, o volume já é enorme. Aliás, deve ser das empresas do sector que mais emprega.

Quantos trabalhadores?

Directamente andam à volta de 300 trabalhadores, mas a contar

com os indirectos, considerando pouco mais de 100 peixeiras e se cada uma tiver dois a três trabalhadores, podemos falar em mais 500 ou 600 empregos indirectos.

Tem a fama de recrutar força de trabalho apenas originária do Ebo Kwanza-Sul. Qual é a vantagem?

Não, são angolanos. Nunca assumi o recrutamento de pessoas originárias da minha terra nata. Mas eles aparecem e dou preferência para não ficarem no desemprego e amanhã não andarem por aí a roubar. Fazem um tempo e depois regressam à origem.

Já se recuperou da perda dos sete milhões de dólares na fábrica de congelação, transformada em cinzas?

Penso que, em 2020, será reali-

“Temos muita água, mas o Estado tem de ceder espaços a quem tenha capacidade de trabalhar e não a pessoas que estão à espera que ainda o Estado lhes dê dinheiro.”

zado o sonho de reconstruir a mesma fábrica e provavelmente também inaugurar uma nova peixaria principalmente para os fins-de-semana.

E a ideia da exportação?

No passado, tentei fazer o sistema para exportar filetes de pescado e produzir conserva de peixe. O projecto não foi aprovado pelo Ministério das Pescas, ficou pelo caminho, mas é um sonho que penso concretizar.

A antiga ministra das Pescas e do Mar está a ser apontada num caso de corrupção que envolve governantes namibianos. Quer comentar?

Quando fazia parte da liga de formação com outros colegas do sector chamámos atenção para uma série de coisas e nunca fomos tidos nem achados.

Porque abandonou a direcção da Associação de Pescas de Luanda?

Havia colegas cuja intenção era diferente do traçado por nós. Por isso é que formámos uma nova associação, a dos ‘armadores de pesca de cerco’. Uma nova entidade que, pensamos, venha a dar cartas no futuro em benefício do desenvolvimento do sector.

Está satisfeito com o rumo do país?

O Presidente João Lourenço está a fazer a sua política de melhorar o que está bem e corrigir o que está mal. Vamos aguardar, porque sou militar e por isso não gosto muito de avançar nesses detalhes.

Mesmo com o contínuo endividamento, primeiro com a China e agora com o FMI?

O FMI talvez venha resolver problemas de quem está no poder. A mim talvez afecte porque estamos a pagar custos que não devíamos pagar. Mas quem mais vai sofrer com isso são os meus filhos e netos.

Refere-se à deterioração dos rendimentos em decorrência da crise?

Se há apertos, eu não sei. Por exemplo, nas pescas, e falo apenas do meu sector, nada alterou. O valor da comercialização não mudou muito. Há uma diminuição do produto, mas Luanda aumentou muito e, neste momento, somos nós, Coapescas, e alguns operadores que estamos a tentar equilibrar, em certa medida, a dieta alimentar da população.

Não há nada a fazer em relação às pescas, portanto...?

O peixe mantém-se. Logo, o que o Governo deve fazer é criar liberdade para que quem tem dinheiro o coloque ao serviço da criação de postos de revenda para que o produto não passe por várias etapas.

Ou seja...

Ou seja, às vezes, o produto chega caro ao consumidor, não por culpa do fornecedor. Nós que capturamos o peixe, se fornecêssemos directamente às peixarias, não teríamos preços tão elevados no consumidor. Hoje, o pescado passa pela peixeira que recebe a embarcação do grossista e esta revende a outros e são esses intermediários que acabam por encarecer o produto.

E como resolver isso?

Tem de haver mais peixarias. Cada município deve ter três a cinco peixarias que devam ser os nossos clientes preferenciais. É preciso dar oportunidade a quem tenha possibilidade de abrir uma peixaria.

Qual é a capacidade de captura da sua frota?

É incerta, depende. Aliás, o mar não é como semear batatas ou cebolas e ter uma estimativa em função dos hectares. Depende muito das mudanças climáticas, havendo momentos de elevada captura e outras de baixa produção. Mas, como disse, de uma ou outra forma, há sempre peixe na água.

E a capacidade de congelação?

São 50 toneladas diárias de con-

gelação, mas faço vendas directas porque as embarcações têm sistema de frio. Abasteço muita população que vem de Viana e de vários pontos de Luanda. Quem não conhece o porto pesqueiro que chamam da

Perfil

Formado em Engenharia Mecânica, na extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Arménio Lopes, muito conhecido pelo seu nome de guerra ‘Selvagem’, nasceu há 68 anos no Ebo (Kwanza-Sul). É um general das Forças Armadas que decidiu de ‘motu próprio’ abandonar a farda e abraçar os negócios. “Comecei pela pesca desportiva e daí para a empresarial foi um passo. Em 1992 construí o primeiro barco e já não parei”, conta o empresário que não dispensa “um bom funje de milho com calulu da banda”. Além de investimentos em Luanda, ‘Selvagem’ pensa, um dia, voltar à sua terra natal, apostando na agricultura e ali viver a reforma “longe do stress” da capital. A sua ‘batalha’ foi reconhecida no último conselho consultivo das Pescas, mas prefere não falar disso porque “o foco é o trabalho”.

Mabunda, mas que é do Selvagem, não conhece Luanda.

Pelo que diz, pode depreender-se que não há risco de falências de empresas do sector das pescas?

Não. Neste sector, que até é rentável, o mais importante é a capacidade de gestão. Não quero entrar em mais detalhes, porque gosto mais de estar focado no meu trabalho do que falar dos outros.

Mas apenas seis das suas 11 embarcações estão a pescar...

Só a tutela é que sabe. Licenciaram seis e cinco estão em terra. Assim são cerca de 200 empregos à espera, calculando que cada embarcação pode ter entre 30 e 40 trabalhadores.

Quanto vai investir para recuperar a fábrica que ficou reduzida a cinzas, a tal em que perdeu sete milhões de dólares?

Vou começar do zero como nada existisse. O meu financiador, que não vou anunciar agora, está a propor uma estrutura nova. Estou a avaliar.

O que tem, além da pesca?

A Coapescas é mesmo apenas um segmento de pesca. O seu proprietário é que tem outros negócios.

E o estaleiro Santa Teresinha, na Ilha de Luanda?

É ali onde foi construída a minha frota de 11 barcos e continua a fazer reparações para embarcações da empresa. De resto, tenho hoje uma aldeia com 60 vivendas no bairro Benfica e vai ser inaugurada dentro de alguns meses.

Em quanto ficou orçado esse condómino?

Prefiro mesmo tratá-lo por aldeia que está a ser erguida tijolo a tijolo. É a ‘aldeia do Selvagem’, cujo investimento prefiro avançar apenas no fim do projecto. É alguma coisa que fica, porque passamos pela vida e temos que deixar história para as gerações vindouras.

O que mais o futuro lhe reserva, além da incursão ao imobiliário?

Penso corrigir o que está mal e melhorar o que está bem, como é o lema do Presidente.

E o que acha que está mal?

Se estivesse mal de todo, já tinha falido, como muitos. Precisamos de corrigir algumas coisas, fazer com que haja mais postos de trabalho. Em 2020, penso avançar com a aquicultura nos rios. Temos muita água, mas o Estado tem de ceder espaços a quem tenha capacidade de trabalhar e não a pessoas que estão à espera que ainda o Estado lhes dê dinheiro.

Não o incomoda a ideia do Governo de construir uma estrada que poderá pôr em causa o seu negócio?

Quando o Governo pensou nisso, já tinha o estaleiro. Já percorri alguns países como a Noruega em que, dentro de cidades, que não são como a de Luanda, as embarcações descarregam pescado. Aqui os arquitectos fazem muita confusão para se fazer um programa.

Já foi notificado pelo Governo?

O Governo nada me disse. Logo, nada tenho a ver com isso. Eles é que sabem. Aliás, se quiserem acabar com esses postos de trabalho e matar essa população à fome, fica ao critério deles. Mas eu só saio se me derem o dinheiro que aqui gasto. E note que, em Luanda, sou dos armadores que possui ponte de descarga e a única fábrica de congelação em espiral que, mesmo em África, são muito poucas unidades. Portanto, são números que os contabilistas terão de calcular desde 1992.

O que significa congelação em espiral?

É um sistema em que o peixe entra e depois de 30 minutos já está congelado e pronto para ser embalado e encaminhado para os pontos de distribuição e venda. As outras pescarias fazem-no em 24 horas.



Mário Mujetes © VE

(In)formalizando

CAMPONESES SÃO ALHEIOS AO PROJECTO

‘Quiminha’ cede espaço a agricultores

AGRICULTURA. Atribuição de espaços a agricultores ‘forasteiros’ resulta em descontentamento dos camponeses residentes que mantêm diferendo de titularidade com o Projecto Quiminha. Técnico do Projecto garante, no entanto, que não existem mais “pendentes”.

Vários camponeses associados à cooperativa Banza Yeto, na Quiminha, no Icolo e Bengo, em Luanda, manifestam-se descontentes por a empresa gestora do projecto integrar no local camponeses alheios à circunscrição, em detrimento dos residentes, cuja maioria ainda mantém um diferendo de titularidade de terra com a empresa.

O Projecto Quiminha foi concebido pelo Governo, em 2012, numa área de mais de cinco mil hectares, com o propósito de reintegrar, com quites agrícolas e residências, 300 famílias camponesas que tra-

balhavam na localidade, antes do projecto. Entretanto, de acordo com a cooperativa, até ao momento, as coisas não têm ocorrido como previsto.

Face à alegada demora na atribuição das casas e/ou áreas para o cultivo, alguns camponeses preferiram ser indemnizados, outros aguardaram até terem beneficiado dos direitos inicialmente prometidos, e outros ainda mantiveram esperança de também beneficiar das casas ou terrenos para o cultivo. No entanto, acabaram por ser preteridos a favor de “pessoas alheias ao local”.

À Angop, Hemenergildo Viera Dias, técnico do projecto, assegurou que as negociações com os “camponeses

estão num bom caminho” e que já “não existem questões pendentes”.

Entre outros objectivos, o Pólo Agrícola da Quiminha surge no quadro do programa de aumento da produção interna, para a redução das importações. Antes da implementação do projecto, foi feito um levantamento e cadastramento de todos os camponeses que praticavam agricultura de sequeiro, e em condições difíceis, na área onde está a ser executado.

Até Novembro do ano passado, o projecto colhia pouco mais de 79 mil ovos diários e perspectivou-se, para os anos subsequentes, aumentar a produção para 24 milhões de ovos por ano.



POSSÍVEL ‘CERCO’ A PARTIR DE JANEIRO

Trégua à venda ambulante

As autoridades suspenderam, embora sem anúncio oficial, a operação que têm levado a cabo contra a venda ambulante em locais impróprios. Os comerciantes manifestaram-se satisfeitos e boa parte assegura estar a facturar, em véspera de Natal, pouco mais de 15 e 20% do que arrecadam em outros períodos. Mas temem que o Governo reinicie a ‘Operação Resgate’ tão logo termine o ano.

Um alto quadro do Governo de Luanda recusou-se a falar em suspensão, alegando tratar-se apenas de um período reservado para análise do que já foi feito no âmbito do combate à venda irregular. E garante que o objectivo do Governo “não é prejudicar os comerciantes e suas famílias, mas criar locais próprios”,

bem como manter a cidade “higienizada”.

O responsável do GPL aponta a reabilitação do ‘Mercado dos Combustíveis’, no Cazenga, como exemplo do esforço do Executivo para manter a venda ordenada, e acusa os comerciantes de “fazerem descaso” do local.

A ‘Operação Resgate’, que tem causado pânico no seio dos comerciantes, tem sido conduzida pela Polícia Nacional, e foi lançada a 6 de Novembro 2018. Em apenas 27 dias de exercícios, encerrou dois mercados de venda de assessorios de automóveis.

De acordo com as autoridades, não está determinada uma data para o seu término, dado que a operação foi concebida para resgatar a autoridade do Estado.



UNITTEL

FUN

MAIS COR NO TEU NATAL

REDE **3G** MEMÓRIA INTERNA **128MB/64MB**

SUporta cartão de memória até **32GB**

LANTERNA, BLUETOOTH,
JOGOS, 5 CORES



Este
Natal
liga mais
às pessoas

UNITTEL

Campanha limitada ao stock existente, até 15 de Janeiro de 2020.

www.unitel.ao

DE JURE

TESTE SERÁ REALIZADO EM ABRIL

Suspensa inscrição de estágios na Ordem dos Advogados

Luís Paulo Monteiro,
bastonário da
Ordem dos Advogados
de Angola



EXAME NACIONAL. Prova passa a ser convocada pelo bastonário em cada ano civil, realizando-se, de forma simultânea, em todo o território nacional, no início do segundo trimestre.

A Ordem dos Advogados de Angola (OAA) suspende, a partir de hoje, segunda-feira (23), a recepção de novos processos de pedido de inscrição de estagiários, para preparar o exame

nacional de acesso à profissão, a realizar-se em 2020.

A interrupção resulta de uma decisão da última reunião do Conselho Nacional da Ordem dos Advogados, realizada em Luanda, no dia 29 de Novembro, avançou o Jornal de Angola.

As solicitações já feitas continuarão em curso até à conclusão dos processos de avaliação e os

estagiários, mediante o desempenho e requisitos exigidos, poderão receber, ou não, a cédula definitiva.

O exame nacional, nos termos do artigo 7.º do Regulamento nº 1/19, de 7 de Março, passará a ser convocado em cada ano civil pelo bastonário da Ordem dos Advogados, realizando-se o teste em Abril, simultaneamente, em todo o território nacional.

A Ordem dos Advogados de Angola considera que, pelo facto de o actual modelo de acesso à advocacia não ser o mais adequado, o exame nacional pode permitir o ingresso dos melhores candidatos.

A qualidade dos candidatos provenientes de universidades com programas curriculares diferentes, no modelo actual, é ava-

liada apenas em estágio de um ano seis meses, tempo que pode ser prorrogado por igual período, perfazendo, no total, três anos, em cuja fase o advogado estagiário frequenta um curso de agregação de três meses.

Dados de 2018 dão conta que Angola conta com 1.947 advogados e 3.333 estagiários inscritos na OAA.



CASO '500 MILHÕES'

Julgamento retoma a 14 de Janeiro

A pós a fase de audiência dos quatro réus arrolados no processo da criação do designado Fundo Estratégico do Estado, o tribunal determinou a retoma da sessão de julgamento a 14 de

Janeiro de 2020, com a audição das testemunhas, três no total, além de 12 declarantes.

Nessa altura, segundo o juiz da causa João Pitra, já será possível ter o resultado do questionário enviado pelo Tribunal Supremo ao ex-Presidente da República, José Eduardo dos Santos, arrolado no processo, na condição de

declarante, a pedido do advogado da defesa do réu Valter Filipe, Sérgio Raimundo.

O processo envolve, além de Valter Filipe, José Filomeno dos Santos, antigo presidente do conselho de administração do Fundo Soberano de Angola, o empresário Jorge Sebastião e António Samalia Bule, ex-director do Departamento de

Gestão de Reservas do Banco Nacional de Angola.

Os quatro réus respondem na Câmara Criminal do Supremo por uma alegada transferência ilegal de 500 milhões de dólares do BNA para uma conta no banco Crédit Suisse, como garantia para o início da capitalização de um fundo de investimento do Estado.

Este
Natal
liga mais
às pessoas

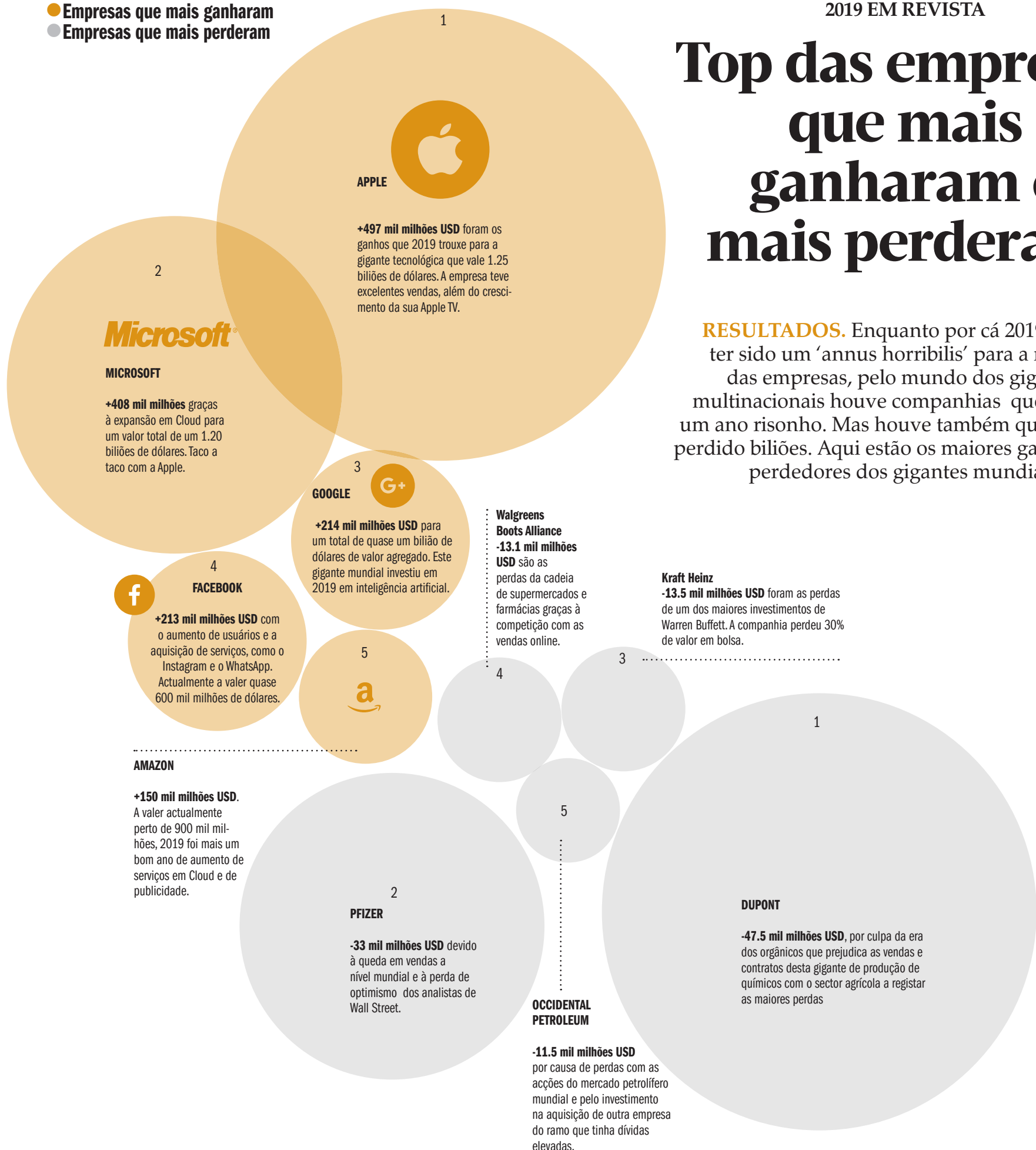


www.unitel.ao

 UNITEL

Gestão

- Empresas que mais ganharam
- Empresas que mais perderam



2019 EM REVISTA

Top das empresas que mais ganharam e mais perderam

RESULTADOS. Enquanto por cá 2019 parece ter sido um 'annus horribilis' para a maioria das empresas, pelo mundo dos gigantes multinacionais houve companhias que tiveram um ano risonho. Mas houve também quem tivesse perdido biliões. Aqui estão os maiores ganhadores e perdedores dos gigantes mundiais.

A TELEVISÃO PÚBLICA DE ANGOLA & A OLAVO GAMBOA

APRESENTAM...



ONESMUS

VS

**BENTO
ALGARVIO**



**KYALA
JÚNIOR**

**TÍTULO
MUNDIAL DA
WBFF**

NEW MAN

LUTA DA NOITE: KYALA JUNIOR VS NEW MAN

30 DE NOVEMBRO

LOCAL: CIDADELA DESPORTIVA



MAIS INFORMAÇÕES (+244) 921637672 | 997185495

Opiniões

Este ano não foi melhor...



César Silveira,
Editor Executivo
Valor Económico

traram apoio e/ou capacidade de resposta das instituições de microfinanças ou de bancos.

No entanto, o ano terá sido bom para uns poucos grupos empresariais, aqueles que foram escolhidos pelo Governo para dar exemplo que, afinal, não passa de discurso a promessa do combate aos monopólios e aos contratos por ajustes directos.

Omatapalo, Angorascom ou Gemcorp Capital estão entre as que tiveram 2019 como um ano de bons negócios em Angola, enquanto, no extremo, inverso se posicionam empresas como a Aernegy, United Shine Ltd ou ainda os bancos Postal e Mais.

Portanto, não foi este ano que a política deu sinais de pretender deixar que seja o mercado a ser o grande juiz do desempenho dos empresários...

... E naquilo que o Governo se deveria destacar, falhou. É o caso, por exemplo, da licitação de novos blocos de petróleo. A estratégia do Governo foi de iniciar o processo com a licitação dos blocos das bacias de Benguela e Namibe quando, pela urgência em aumentar a produção no futuro mais próximo possível, o mais viável seria iniciar com os das bacias do Congo que, em 2010, já tinham sido licitadas e cujo potencial é mais bem dominado pelos potenciais investidores. É quase certo que, se fossem estes colocados à venda, o resultado seria diferente ao que aconteceu com os blocos de Benguela e do Namibe, em que alguns sobram, esperando-se por 2020.

Portanto, que o próximo ano seja diferente, pois 2019 não foi melhor que 2018.

Um ano de muito aprendizado. É assim que se pode caracterizar este que termina, 2019. As dificuldades impostas às famílias pela conjuntura económica e financeira do país foram um verdadeiro teste à capacidade de resiliência. Muitas foram afectadas, registou-se desemprego, em muitos casos dos principais pilares, e não conseguiram dar à volta as consequências. Jovens estrearam-se na criminalidade e/ou na prostituição. Houve também os que tentaram fazer justiça ao ditado, segundo o qual, as dificuldades podem resumir-se em janela de oportunidades. No entanto, a inexistência de condições favoráveis para, por exemplo, a criação de pequenos novos negócios permite afirmar que é elevado o nível de insucesso dos que tentaram fazer da dificuldade uma oportunidade.

Ou seja, muitas empresas fecharam, mas poucos são os desempregados que se transformaram em micro investidores. Não por falta de vontade, mas, sobretudo, porque não encon-



SAFT – Não deixe para amanhã aquilo que deve fazer hoje



Rui Henriques

A partir de Janeiro de 2020, os sujeitos passivos de IVA, com algumas excepções, terão de partilhar com a AGT, numa base mensal, informação sobre compras e vendas de bens e serviços sob a forma de um ficheiro e standardizado – Standard Audit File for Tax purposes (SAFT).

O SAF-T não é somente a parametrização do ERP das empresas, extrair o mesmo e submeter. Representa também uma componente prática da aplicação directa da legislação fiscal.

O SAF-T é um tema que se tem vindo a debater cada vez mais nos últimos meses: um novo formato de partilha de informação entre contribuinte e AGT (com informação contabilística, fiscal e sobre as transacções devidamente estruturada), novas exigências de padronização do ERP de cada entidade, um prazo definido de entrega. Mas, muitas vezes, vemos que a atitude tem sido “temos tempo, é só para entregar em 2020...”

(In)felizmente, tudo o que requer

um prazo de entrega impõe uma preparação prévia e isto significa que não será só em 2020. O futuro é já.

As novas formatações, exigências, a garantia de qualidade dos dados a partilhar e até mesmo o prazo não são assim tão simples de cumprir conforme se possa inicialmente antever. Nem todas as empresas têm um plano de contas que lhes permita fazer um mapeamento directo. A realidade contabilística é bem mais complexa.

O SAF-T não é somente uma obrigação que tem de ser cumprida, é uma partilha de informação (que pela nossa experiência é quase cega) das empresas para com a AGT. Trata-se de expor a nú os dados da empresa e permitir que sejam analisados, sendo o seu propósito a auditoria e inspecção numa ótica fiscal. De facto, estes dados, complementados com um ficheiro SAF-T de contabilidade, que não é de entrega obrigatória, mas deverá ser gerado para partilha com a AGT sob solicitação desta, permitem realizar uma auditoria tributária, sem que tenham necessariamente que ser consultados outros documentos. Toda a informação relevante está nos ficheiros SAF-T.

Mas o principal problema vem muito antes. Como nos prepararmos para essa mudança? Para muitas das empresas Angolanas que fazem parte de um grupo no estrangeiro, é muito comum que a realidade (até mesmo do próprio departamento de gestão)

seja uma realidade internacional.

Estamos na era da globalização, como deveremos cumprir a adopção de critérios tão próprios e específicos da realidade angolana em empresas que têm gestão (e contas) internacionais? Para começar será importante partilhar com os gestores internacionais o que é o SAF-T e a natureza da informação que estará a ser partilhada com as autoridades tributárias. Qual a relação destes dados com o apuramento de impostos mensal? Quais os riscos inerentes às divergências entre os dados do ficheiro SAF-T e as declarações fiscais submetidas?

Estes são apenas alguns dos desafios que se colocam quanto a este assunto. E todos tomarão algum tempo a serem analisados e estruturados para assegurar a gestão do risco numa área tão sensível como a fiscal e em relação à qual a exposição de informação será total. Parametrizações incorrectas na geração do ficheiro SAF-T representarão um risco de gestão de risco fiscal para as empresas, pois a AGT assumirá que os dados estão correctos e as divergências que sejam identificadas para as obrigações declarativas submetidas darão origem a liquidações adicionais de impostos, juros e multas e processos de litigância fiscal.

O novo desafio das organizações está identificado, urge iniciar a construção da solução e assegurar controlo sobre a informação que será partilhada.

“Os líderes empresariais dispõem hoje de uma oportunidade incrível. Dando significado concreto ao capitalismo de intervenientes, podem ultrapassar as suas obrigações legais e respeitar o seu dever para com a sociedade.”

Que tipo de capitalismo queremos?



Klaus Schwab

Que tipo de capitalismo queremos? Esta poderá ser a questão essencial da nossa era. Se queremos preservar o nosso sistema económico para as gerações futuras, temos de lhes responder de forma correcta.

Em traços gerais, temos três modelos por onde escolher. O primeiro é o do ‘capitalismo de accionistas’, adoptado pela maioria das corporações ocidentais, que sustenta que o objectivo principal de uma corporação deve ser a maximização do seu lucro. O segundo modelo é o do ‘capitalismo de Estado’, que confia ao governo a definição do rumo da economia e que assumiu destaque em muitos mercados emergentes, principalmente na China.

Mas, comparativamente a estas duas opções, a terceira tem mais elementos a seu favor. O ‘capitalismo de intervenientes’ (no original: ‘stakeholder capitalism’), um modelo que propus pela primeira vez há meio século, que posiciona as corporações privadas como agentes fiduciários da sociedade e é claramente a melhor resposta aos desafios sociais e ambientais da actualidade.

O capitalismo de accionistas, o modelo dominante da actualidade, começou por ganhar terreno nos EUA durante a década de 1970 e expandiu a sua influência globalmente nas décadas seguintes. A sua ascensão não foi desprovida de méritos. Durante o seu auge, centenas de milhões de pessoas de todo o mundo prosperaram, à medida que as empresas que visavam o lucro abriam novos mercados e criavam novos empregos.

Mas não era só isso que acontecia. Os defensores do capita-

lismo de accionistas, que incluíam Milton Friedman e a Escola de Chicago, ignoraram o facto de uma empresa cotada na bolsa não ser apenas uma entidade que visa o lucro, mas também um organismo social. Juntamente com as pressões da indústria financeira para aumentar os resultados de curto prazo, a ênfase obstinada nos lucros fez com que o capitalismo de accionistas se tornasse cada vez mais desligado da economia real. Muitos reconhecem que esta forma de capitalismo deixou de ser sustentável. A questão é: porque foi só agora que as atitudes começaram a mudar?

Uma causa provável será o ‘efeito Greta Thunberg’. A jovem activista climática sueca recordou-nos que a adesão ao actual sistema económico representa uma traição às gerações futuras, devido à sua insustentabilidade ambiental. Um outro motivo (relacionado) é que os ‘millennials’ e a Geração Z já não querem trabalhar para investir em, ou comprar a empresas que não tenham outros valores além da maximização de valor para os accionistas. E, finalmente, os executivos e os investidores começaram a reconhecer que o seu próprio êxito no longo prazo está intimamente ligado ao dos clientes, funcionários e fornecedores. Consequentemente, o capitalismo de intervenientes está a ganhar terreno rapidamente. Esta mudança de rumo há muito que era necessária. Descrevi pela primeira vez este conceito em 1971, e criei o Fórum Económico Mundial para ajudar os líderes empresariais e políticos na sua implementação. Dois anos mais tarde, os participantes na Reunião Anual do Fórum assinaram o ‘Manifesto de Davos’, que descreve as principais responsabilidades das empresas relativamente às suas partes interessadas.

Hoje, estão finalmente a chegar outros à mesa dos ‘intervenientes’. A Mesa Redonda Empresarial dos EUA, o lóbi empresarial mais influente da América, anunciou, este ano, que adoptaria formalmente o capitalismo de intervenientes. E o denominado investimento de impacto está a ganhar destaque, à medida que mais investidores procuram modos de relacionar benefícios ambientais e sociais com lucros financeiros.

Devemos aproveitar este momento para garantir que o capitalismo de intervenientes se mantém como novo modelo dominante. Para esse efeito, o Fórum Económico Mundial está a divulgar um novo ‘Manifesto de Davos’, que afirma que as empresas devem pagar a sua quota-parte de impostos, mostrar tolerância zero para com a corrupção, defender os direitos humanos em todas as fases das suas cadeias de abastecimento globais e defender condições concorrenciais competitivas – especialmente na ‘economia de plataformas’.

Mas para defenderem os princípios do capitalismo de intervenientes, as empresas necessitam de novas métricas. Para começar, uma nova medida para a ‘criação de valor partilhado’ deve incluir metas ‘ambientais, sociais e de governação’ para complemento das métricas financeiras normais. Felizmente, já está a decorrer uma iniciativa para desenvolver uma nova norma neste sentido, apoiada pelas empresas de contabilidade ‘Big Four’ e liderada pelo presidente do International Business Council, o CEO do Bank of America, Brian Moynihan.

A segunda métrica, que tem de ser ajustada, é a remuneração dos executivos. Desde a década de 1970, os pagamentos aos executivos dispararam, principal-

mente para ‘alinhar’ a tomada de decisões de gestão com os interesses dos accionistas. No novo paradigma de intervenientes, os salários devem alinhar-se com a nova medida de criação de valor partilhado no longo prazo.

Finalmente, as grandes empresas devem compreender que também são intervenientes importantes no nosso futuro comum. Evidentemente que todas as empresas devem continuar a desenvolver competências nucleares e a manter uma postura empreendedora. Mas também devem trabalhar com outros intervenientes para melhorar o estado do mundo onde funcionam. Com efeito, esta última condição deveria ser o seu objectivo principal.

Existirá outra via? O capitalismo de Estado, diriam os seus proponentes, também persegue uma visão de longo prazo e tem obtido êxito recentemente, especialmente na Ásia. Mas embora o capitalismo de Estado possa ser adequado para um estágio de desenvolvimento, também deverá evoluir gradualmente para algo mais próximo de um modelo de intervenientes, sob pena de sucumbir à corrupção interna.

Os líderes empresariais dispõem hoje de uma oportunidade incrível. Dando significado concreto ao capitalismo de intervenientes, podem ultrapassar as suas obrigações legais e respeitar o seu dever para com a sociedade. Podem contribuir para aproximar o mundo da consecução de objectivos partilhados, como os descritos no acordo de Paris sobre o clima e na Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Se quiserem mesmo deixar a sua marca no mundo, não têm alternativa.

Fundador e presidente executivo do Fórum Económico Mundial

Os líderes empresariais dispõem hoje de uma oportunidade incrível. Dando significado concreto ao capitalismo de intervenientes, podem ultrapassar as suas obrigações legais e respeitar o seu dever para com a sociedade. Podem contribuir para aproximar o mundo da consecução de objectivos partilhados.

Marcas & Estilos



AUTOMÓVEL

No topo da inovação

O nome foi inspirado na corrida mexicana conhecida como 'Carrera Panamericana'. O primeiro modelo, conhecido como G1, trouxe várias inovações. A gama de potência é com propulsão a gasolina, diesel e híbrida. Inicialmente, os motores V6 e V8 tinham transmissão manual de seis marchas. Hoje, entre as inovações, o modelo traz quadro de instrumentos virtual, suspensão a ar de três câmaras e eixo traseiro. O espectro de potência começava em 330 cavalos. O Porsche Panamera é um híbrido plug-in com 680 cavalos.

RESTAURANTE

Graciosidade nos assados

O restaurante Dom Dinis está junto da emblemática Torre de Menagem do Castelo de Beja. A localização oferece soluções de estacionamento em várias ruas que cercam esta área de interesse histórico, cultural e artístico da cidade de Beja, em Portugal. Dispõe de carta de carnes de porco, vaca e borrego. O menu apresenta a graciosidade e o refinamento dos pratos do Alentejo e grelhadores de carvão que se complementam com a carta dos vinhos alentejanos.



Quilates polidos

A colecção da Philippe Starck é uma série provocativa de lâmpadas em forma de revólver, feita de alumínio fundido com sobre impressão de polímero, moldada por injeção e um acabamento banhado em ouro polido de 18 quilates.



Opções para a vida

Tecido assimétrico e mistura de algodão verde e crocante da Proenza Schouler, com um colarinho em pé, um fecho de botão dianteiro descentrado, um design sem mangas e uma bainha assimétrica, ninguém podia fazer uma melhor escolha.



Em grande estilo

O crânio, o globo e a bola coberta de veludo são o começo de uma escala crescente dos 'pendurais' de chapéu disponíveis no Valet. É uma boa maneira de personalizar o seu chapéu sem que ele desgaste.

LIVROS



'O URGIR DO TEMPO' é a nova obra de Fernando Cruz, cujo lançamento ocorreu 20 deste mês no Memorial Doutor António Agostinho Neto, em Luanda. Fernando Cruz, o autor, tem Dan Brown como uma das suas grandes inspirações.



JOSÉ LUÍS MENDONÇA agradeceu, no dia 19, os leitores com a obra 'Se os ministros morassem no musseque', um romance em que o narrador conta a experiência traumática desde o início da luta de libertação, em 1961.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 12 DE JANEIRO

Exposição 'A causa das Coisas' do artista plástico António Ole, no Centro Cultural Português.

27 DE DEZEMBRO

Lançamento da antologia 'O kandongueiro' de Pedro Mayama, na Mediateca de Luanda, às 17h30.

28 DE DEZEMBRO

2.ª Edição do Comboio de Humoristas com Ladilson, Tiago, Miro, Scait, Artur, Paty e Maestro, no Espaço Bahía, na Marginal, às 19 horas. Ingressos a 1.000 kwanzas.

31 DE DEZEMBRO

A Casa da Música apresenta o concerto de Yuri de Cunha, às 22h30. Reservas limitadas a entre 25.000 e 35.000 kwanzas.

11 DE JANEIRO

7.ª Edição do Café do Empreendedor, no salão de festas Di Maria, no Maculusso, pelas 15 horas.

ANGOLA PARTICIPOU DA APRESENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS

Quase 200 mil pessoas afectadas pela seca em Cabo Verde

ESTIAGEM. Situação dura há três anos e afecta 37% da população.

Governo cabo-verdiano aplicou novo plano de estratégias de mitigação, num acto em que Angola esteve presente.

A seca afecta 37% da população cabo-verdiana (196 mil pessoas), divulgou, recentemente, fonte do Ministério da Agricultura e Ambiente, adiantando que, além da mitigação dos efeitos, as autoridades estão a trabalhar na resiliência das famílias.

Os dados foram avançados à imprensa por Eneida Rodrigues, assessora do ministro da Agricultura e Ambiente e substituta do director-geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, após um encontro em que apresentou a estratégia e os resultados de implementação

do programa de mitigação da seca e do mau ano agrícola à ministra de Estado para a Área Social de Angola, Carolina Cerqueira.

Segundo a responsável, a seca que assola o país há três anos consecutivos está a afectar directa e indirectamente 37% da população, o que corresponde a cerca de 196 mil pessoas, a maioria das zonas rurais.

“Porque são essas pessoas que vivem sobretudo da agricultura e da pecuária, tanto na parte da produção, como também ligado a tudo o que é a agricultura, como o comércio e a produção agrícola”, referiu.

Há um programa de mitigação dos efeitos da seca e do mau ano agrícola que está a ser imple-

2

Anos, tempo que dura o programa de mitigação dos efeitos da seca e da má época agrícola.

mentado há dois anos, mas Eneida Rodrigues informou que o terceiro já começou e vai contemplar a resiliência das famílias mais vulneráveis.

A assessora avançou que o programa vai incidir na mobilização de água, reutilização segura de águas

residuais na agricultura, gestão da água, contingentação dos animais e reforço da capacidade de produção das famílias do meio rural.

A mesma fonte salientou que, apesar de ainda não ser da forma desejada, houve uma melhoria de comportamentos dos agricultores e criadores de gado com a seca, estando a aderir ao programa.

“Os agricultores já entenderam também que há que se fazer a poupança de água e estão a aderir, é claro que não da forma que nós gostaríamos, mas estão abertos e a aderir e isso para nós é muito bom”, salientou a responsável, garantindo que o governo vai continuar com o programa de sensibilização e formação dos agricultores e criadores.



APENAS 3 VIVAS

Apreendidas 36 tartarugas no Bengo

Um total de 36 tartarugas foi recuperado na semana passada no Dande, pela Polícia de Guarda Fronteira, na posse de dois homens que praticavam pesca de arrastão, avançou o director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Comando Provincial da Polícia Nacional no Bengo, Paulo Miranda de Sousa.

Segundo o responsável, que considerou a pesca de tartarugas como uma pratica corrente naquela zona, três tartarugas, que ainda estavam vivas, foram devolvidas ao mar, outras, cujo número não foi especificado, foram entregues ao gabinete provincial das pescas, tendo as demais – já mortas – sido depositadas em locais seguros.

Paulo Miranda de Sousa garantiu que a polícia vai continuar a vigiar para prevenir os pescadores, uma vez que a pesca de arrastão “não é aconselhada pelo sector das pescas e constitui uma agressão ao meio ambiente”.

Segundo a Angop, as tartarugas são comercializadas a entre 3.000 e 4.000 kwanzas, enquanto aos proprietários de restaurante chegam a comprar cada animal a 200 mil kwanzas.



As autoridades locais garantem que estão a trabalhar na resiliência das famílias.

NÚMEROS DA SEMANA

840

Mil toneladas de farinha de trigo, capacidade de produção anual, que prevêem produzir as três moageiras angolanas, para que o país se torne auto-suficiente até 2020.

14

Milhões, número de utilizadores de telemóvel em Angola, segundo dados divulgados pelo Instituto Angolano das Comunicações (Inacom).

1.222

Milhões de kwanzas, valor arrecadado pela Empresa de Águas e Saneamento de Benguela (EASB), de Janeiro a Outubro de 2019.

190

Mil milhões de kwanzas, valor total arrecadado pela rede de Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), de 2007 a 2019.

900

Milhões de kwanzas, valor da dívida acumulada dos últimos seis anos, no Bengo, pelos clientes da Empresa Nacional de Distribuição de Energia (Ende).

DISCURSO DE FIM DE ANO

JLo fala em “um ano difícil”

O Presidente João Lourenço reconheceu que o país voltou “a enfrentar um ano difícil”, decorrente de “uma conjuntura interna e internacional de contornos críticos”, e destacou o papel do sector empresarial na tomada de decisões inseridas “numa perspectiva de mudança”, que, na sua óptica, “vai dando lentamente os seus frutos”, contrariando “visões pessimistas daqueles que duvidam que Angola vive novos tempos”.

Confiante, o chefe de Estado insiste que “esse apoio nos demonstra que a via escolhida para a implementação de um novo paradigma de governação do país foi a mais correcta e responde às expectativas do nosso povo, que voltou a acreditar que o progresso e desenvolvimento de um país e a felicidade assentam numa sociedade que valoriza o trabalho, a disciplina e a prestação de contas”.

João Lourenço tem, por outro lado, noção de que “muitos dos avanços registados ainda não se reflectem de forma directa na vida da população”, ‘fustigada’ “pelo agravamento do preço dos produtos da cesta básica por força da especulação de alguns comerciantes desonestos e da

baixa oferta de bens essenciais de produção nacional”.

Reconhecendo “serem muitas as dificuldades sentidas”, sobretudo nos sectores sociais como educação e saúde, o Presidente enumerou tímidos progressos, sobretudo no que tange à “defesa dos direitos fundamentais, da exigência de maior rigor na gestão dos recursos públicos, do combate ao nepotismo, à impunidade e da luta contra a corrupção”.

Num momento em que o país se vê acossado por uma onda de falência de empresas e daí o elevado desemprego, Lourenço garante que o Executivo sob seu comando “vem tomando todo o tipo de medidas de fomento ao aumento da produção interna de bens e serviços, do aumento das exportações e da oferta do emprego”, sendo que, para essa hercúlea tarefa, “contamos com o investimento do sector empresarial privado e estrangeiro”.

Mas o investidor estrangeiro ainda olha para Angola muito reticente devido a um ambiente de negócios que não é dos melhores, como têm destacado ao longo do ano vários empresários e instituições de peso internacional.



EXPORTAÇÕES PARA NOVE PAÍSES

Pescado rende pouco

Uma análise sobre as exportações dos produtos de pesca revela que foram exportadas, em 2019, nove toneladas de pescado, que renderam apenas três milhões de dólares.

O documento do Ministério das Pescas e do Mar não explica as razões do ‘magro’ encaixe, mas adianta que o negócio foi levado a cabo por 60 empresas que participaram directamente nas remessas de pescado para o estrangeiro, numa lista onde pontuam a Angolizar Comér-

cio, Zahara Comércio, Angona-beiro Comércio Geral, Alimenta Angola, Grupo Nurimar, Casa dos Frescos, SFT Cabinda e SFT Angola, Mercado Mangolé, Newaco Grupo, Esalmar e Riberalves Angola.

As exportações seguiram para nove países, sendo que a Espanha lidera a lista das encomendas com 7.771 toneladas de pescado; o Japão 320 toneladas; Taiwan, 300 toneladas; China, 206; Nigéria 162, e os restantes países com muito menos.

GARANTE MINISTRO

Cobertura de telecomunicações total em 2020

José Carvalho da Rocha, ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação (MTTI) garantiu, em Luanda, que, no próximo ano, o país terá cobertura total em termos de serviços de telecomunicações e tecnologias. Segundo o governante, “apesar de muito trabalho pela frente”, é intenção “levar os serviços a todos os

cidadãos, independentemente da localização geográfica”.

Instado sobre a privatização da Angola Telecom, José Carvalho da Rocha não entrou em detalhes, mas referiu que existe “uma série de tarefas a serem concluídas”, garantindo apenas que “o processo decorre visando a reorganização da empresa”.